

## ENTRE OS SERTÕES E O MAR: CRISTALIZAÇÃO DE IMAGENS DO SERTANEJO E CONSTRUÇÃO DAS RELAÇÕES LITORAL-SERTÃO (SÉCULOS XVIII-XX)

JULIANA TÁLIA RIBEIRO DE HOLLANDA\*

**RESUMO:** Nas primeiras décadas do século XX, intelectuais brasileiros discutiram as relações entre os sertões e as cidades litorâneas brasileiras. Alguns, como Leonardo Mota e Leônidas de Loyola, analisaram essas relações chamando a atenção para o “divórcio entre o Sertão e o Mar”. Entretanto, esse “divórcio” e difícil relação entre os sertões e o litoral brasileiros não eram novos, traziam os desdobramentos de uma série de construções de imagens e ideias produzidas historicamente. Esse artigo faz uma análise sobre a historicidade dessas construções de imagens e ideias que influenciaram a consolidação do distanciamento entre os sertões e o litoral e, ainda, contribuíram na formação de identidades nacionais.

**PALAVRAS-CHAVES:** *Sertões, litoral, discursos.*

**ABSTRACT:** In the first decades of the twentieth century, brazilian intellectuals discussed relations between the hinterland and the coastal towns of Brazil. Some, like Leonardo Mota and Leônidas de Loyola, examined these relationships by calling attention to the "divorce between the hinterland and the Sea." However, this "divorce" and difficult relationship between the hinterland and the coast Brazilians were not new, they brought the unfolding of a series of buildings of images and ideas produced historically. This article makes an analysis on the historicity of these constructs images and ideas that influenced the consolidation of the gap between the hinterland and the coast, and also contributed to the formation of national identities.

**Keywords:** *Backwoods, coast, speeches.*

---

Artigo recebido em 20 de Novembro de 2013 e aprovado para publicação em 10 de Janeiro de 2014.

\* Mestranda do Programa de Pós-graduação em História Social pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

E-mail: juhollanda@gmail.com

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS: ANÁLISE DE CONTRASTES

*“Não posso me acostumar/  
Com o vento açoitando o mar/  
E as ondas beijando a areia...”*

**Bentevi 1**

No estudo sobre as relações entre o campo e a cidade na Inglaterra, o historiador Raymond Williams percebeu os "contrastes entre campo e cidade", analisando os aspectos políticos, culturais e imagéticos contidos nessas relações e a historicidade das imagens associadas ao campo e a cidade nos séculos XVIII e XIX. Williams chamou a atenção dos historiadores para que, nos trabalhos sobre a relação campo e cidade, fossem refletidos:

Em torno das comunidades existentes, historicamente bastante variadas, cristalizaram-se e generalizaram-se atitudes emocionais poderosas. O campo passou a ser associado a uma forma natural de vida - de paz, inocência e virtude simples. À cidade associou-se a ideia de centro de realizações - de saber, comunicações, luz. Também constelaram-se poderosas associações negativas: a cidade como lugar de barulho, mundanidade e ambição; o campo como lugar de atraso, ignorância e limitação. O contraste entre campo e cidade, enquanto formas de vida fundamentais, remonta à Antiguidade clássica. A realidade histórica, porém, é surpreendentemente variada. (WILLIAMS, 2011: 11).

No Brasil, também se pode notar os contrastes nas relações produzidas historicamente entre o campo e a cidade e, mais especificamente, entre o campo, os sertões e as cidades litorâneas. Também são notórias as construções, transformações e cristalizações de associações de imagens positivas e negativas, de que fala Williams, em relação às estruturas físicas da cidade e do campo. E, ainda, a historicidade das imagens que foram relacionadas ao modo de vida, a cultura, a personalidade e caráter dos sujeitos que viviam, fosse no meio rural ou no meio urbano. Essas construções em torno das populações camponesas e cidadinas, no caso brasileiro, foram produzindo e reproduzindo ao longo dos anos separações sociais, políticas e culturais entre essas duas populações. Separação denunciada por alguns intelectuais brasileiros como, por exemplo, Leônidas de Loyola e Leonardo Mota, que a denominaram como o “divórcio entre o Sertão e o Mar”<sup>2</sup>, no início do século XX.

É importante ressaltar que não foram apenas os intelectuais que denunciaram e

---

<sup>1</sup> Bentevi foi um dos violeiros que teve suas canções taquigrafadas e analisadas por Leonardo Mota nos finais da década 10 e década de 20 do século passado. Suas canções e personalidade foram apreciadas pelo autor em dois de seus livros: *Cantadores* (1920) e *Violeiros do Norte* (1925).

<sup>2</sup> O termo é utilizado por Leonardo Mota no seu livro *Violeiros do Norte* (1925), e por Leônidas de Loyola em seu livro *Urupês e o sertanejo brasileiro* (1919).

sentiram as diferentes formas de manifestação das separações ou do “divórcio” entre o campo e a cidade, entre o interior e o litoral, um exemplo disso é o trecho da canção do violeiro Bentevi, presente na epígrafe deste capítulo. A canção fora produzida pelo violeiro na sua chegada à cidade de Fortaleza por volta de 1921-1923. Depois de vividos sessenta anos, era a primeira vez que o violeiro Bentevi visitava uma cidade do litoral.

Apesar do "divórcio entre o Sertão e o Mar" ter sido mais amplamente denunciado e mais fortemente combatido nos primórdios do século XX, ele fora produzido e reproduzido historicamente no Brasil séculos antes. Podendo ser percebida a produção desse "divórcio" nos registros e nas relações contrastantes que foram construídas entre o que se chamava de *sertões*, ao se referir ao interior, e o *litoral* desde o século XVIII até o século XIX. No XVIII, percebe-se que a palavra *campo* praticamente não era utilizada no Brasil e, se a utilizavam, seu sentido mesclava-se ao da palavra *sertões*. Sobre a historicidade do significado da palavra *sertão*, a historiadora Ivone Cordeiro Barbosa, ressalta que:

Pesquisas recentes têm resgatado uma tradição historiográfica em torno dos significados da palavra *sertão*, situando os primeiros registros do seu uso pelos portugueses, provavelmente já desde o século XII e com certeza a partir do século XIV, para referir-se às terras situadas no interior de Portugal mas longe de Lisboa. A partir da expansão marítima do Império Português, no século XV, além do significado inicial, *sertão* tem o seu referencial empírico ampliado, passando a designar, também, as terras conquistadas além-mar. Nesse processo, preserva o sentido original de referir-se a distância de Lisboa, mas vão agregando-se lhe o sentido espaços vazios, desconhecidos, vazios ou pouco habitados, inacessíveis etc. Pode-se perceber, assim, que desde a concepção mais antiga, *sertão* [grifos da autora] é uma palavra que carrega um profundo sentido político pois, apesar de toda a diversidade de referenciais em que se apoia, tem seu significado sempre referido a uma centralidade (BARBOSA, 2000: 35).

## 1- O “DIVÓRCIO” ENTRE O SERTÃO E DO MAR:

Na obra *Os caminhos antigos e o Povoamento do Brasil*<sup>3</sup>, Capistrano de Abreu chamou a atenção para pontos importantes das relações entre os *sertões* (ou interior) e o litoral. Essas primeiras observações teriam contribuído na construção das primeiras relações e associações de imagens ao interior, ou *sertões* brasileiros, principalmente no século XVIII e início do XIX. O primeiro ponto para o qual o autor chamou a atenção foi a dificuldade encontrada pelos colonizadores para adentrarem o interior brasileiro. Entre essas dificuldades o autor destacava os indígenas bravios, as topografias e vegetações desconhecidas que tornavam cansativas e trabalhosas as tentativas de “povoamento” dos sertões, além de não tornar fáceis as comunicações entre os sertões e o litoral e, conseqüentemente, entre a Colônia

---

<sup>3</sup> Esta obra foi publicada postumamente no ano de 1930 e constituiu-se da compilação dos textos escritos por Capistrano de Abreu para o *Jornal do Commercio* de 1899.

e a Metrópole. Outro ponto importante seria as dificuldades quanto à alimentação, às moradias precárias e às condições meteorológicas estranhas aos colonos, que também constituiriam sérios problemas a serem enfrentados pelos “primeiros ocupadores” dos *sertões*, segundo Capistrano de Abreu.

Os primeiros ocupadores do sertão passaram vida bem apertada; não eram os donos das sesmarias, mas escravos ou prepostos. Carne e leite havia em abundância, mas isto apenas. A farinha, único alimento em que o povo tem confiança, faltou-lhes a princípio por julgarem imprópria a terra à plantação da mandioca, não por defeito do solo, pela falta de chuva durante maior parte do ano. [...] Pode-se apanhar muitos fatos da vida daqueles sertanejos dizendo que atravessaram a época do couro (ABREU, 1963: 147).

Apesar de Capistrano de Abreu escrever mais de um século após a ocupação a que se refere e trazer ideias que já haviam sido cristalizadas e permeavam o imaginário de seu próprio tempo (século XIX), percebe-se que essas dificuldades foram, de fato, importantes na construção das primeiras associações de imagens aos *sertões* ao nos determos na documentação do período, como, por exemplo, a carta do Capitão-mor Teodósio de Oliveira Ledo, onde este escrevia:

[...] com o favor de Deus cheguei com tudo a salvo e em paz a este Arraial do Pau Ferrado nos primeiros de abril e dali a nove dias de minha chegada me veio um aviso do meu gentio, que distante do arraial três léguas estavam em como com eles se haviam encontrado trinta ou quarenta tapuias brabos, que vinham em busca de paz e que em todo caso os socorresse pelo receio que tinham de que lhe sucedesse algum dano, o que fiz logo [...] eram de uma aldeia chamada Corema a pedir-me paz dizendo que queriam ser leais a El Rei meu Senhor; eu lhes concedi com ditame de procederem contra os nossos inimigos e com obrigação de conduzirem o seu mulherio para o arraial debaixo das armas; aceitaram o partido [...] marchei com todo cuidado e o outro dia pelas cinco horas da tarde estando alojado no rio chamado Apodi, me vieram novas dos descobridores, tinham chegado a um rancho donde se havia levantado o inimigo àquela manhã [...] e ao romper do dia dei sobre ele, com toda a disposição possível tendo-me ele o encontro com valor, porém quis Deus que desse Vossa Senhoria o quanto de alcançar a vitória durando a peleja até às 9 horas do dia, e ela acabada se acharam da parte do inimigo trinta e dois mortos e setenta e duas presas e muita quantidade de feridos e da nossa parte não perigou nenhum e só me feriram seis homens; e das presas mandei matar muitas por serem incapazes [...]

E, ainda, no relato do Padre Antônio Vieira, publicado como o capítulo *Voz Histórica* do livro *Vozes Saudosas* (1748), onde este dissertou sobre os empecilhos encontrados pelos missionários na tentativa de inserção das primeiras missões nos sertões do norte do Brasil, acentuando os ataques de algumas tribos indígenas contra as vilas e aldeias, como a dos Tucurujús:

E marchando por terra com grande trabalho e dificuldades, por irem abrindo o mesmo caminho que se havia de andar, chegaram enfim às Serras de Ibiapaba onde

viviam como acastelladas três grandes povoações de Índios Tubajá as, debaixo do principal Taguaibunussú que quer dizer grande Demonio. Levantaram os Padres igrejas [...] mas debaixo d'este nome de paz, traçando-o assim o Demonio, se occasião que a fereza natural d'estes brutos, entraram um dia de repente pela aldeia e pela igreja os chamados Tucurujús [...] e no mesmo altar onde estava para offerecer a Deus o sacrificio do corpo e sangue de seu filho, começando esta acção o Sacerdote, e consumando o sacrificio. Com a morte e martyrio do Padre Pinto [...] o Padre Figueira ficando só e sem língua, porque ainda a não tinha estudado, retirou-se.<sup>4</sup>

Assim, podemos inferir que as construções das imagens dos *sertões*, no século XVIII, deram-se de maneira negativa, pois, até o século XVIII, os *sertões* brasileiros não eram vistos como um lugar de paz ou inocência e sim como um lugar perigoso, caótico, repleto de sofrimento e privações. As pessoas que ousavam (ou eram forçadas a viverem em tais lugares) eram vistas como “sofridas”, mas, antes disso, como “valentes”. O trabalhador ao ser chamado de “vaqueiro, criador ou homem de fazenda”, era como se recebesse “títulos honoríficos”(ABREU, 1963: 148), porque seria o homem de maior coragem e trabalho por lidar com os inúmeros óbices de se “povoar” o interior brasileiro. Desse modo, apesar do se viver nos *sertões*, ou interior, ter sua imagem associada a uma negatividade no XVIII, sua população, ao contrário, tinha sua imagem construída, num primeiro momento, de modo positivo.

Ainda no XVIII, duas imagens que foram consolidadas ao longo dos anos como marca do espírito ou cultura sertaneja já eram percebidas e descritas como a mestiçagem e a musicalidade no cotidiano sertanejo. Assim, as canções dos sertanejos podem ser encontradas nos registros de estrangeiros que tinham contato com essas populações na sua chegada ou nas viagens pela Colônia, como, por exemplo, na carta do jesuíta André João Antonil, onde este escreveu: “em alguns tempos do ano há semanas em que cada dia chegam boiadas. Os que a trazem são brancos, mulatos e pretos, e também índios que com êste trabalho procuram algum lucro. Guiam-se indo uns adiante cantando, para serem desta sorte seguidos do gado”.

No século XIX, as imagens de inospitalidade ainda continuavam a ser destacadas ao se tratar dos *sertões*, sendo reproduzidas na mentalidade das populações litorâneas. Contudo, os ataques de tribos indígenas eram praticamente inexistentes devido ao genocídio dos séculos anteriores não sendo mais acrescidos, portanto, nas construções sobre a inospitalidade dos *sertões*. A inospitalidade constituir-se-ia em torno de outras dificuldades. Uma destas dificuldades pode ser encontrada na carta datada de 20 de fevereiro de 1836 e

---

<sup>4</sup> As citações não foram atualizadas para as normas gramaticais atuais, continuando a ortografia como a encontrada nos originais dos documentos e livros.

publicada no *Correio Oficial* no mês de abril do mesmo ano, em que o Sr. Manoel Jorge Rodrigues dava a notícia da chegada de 42 canoas “na importância de mais de duzentos contos de réis, a Cameté, que se via nos maiores apuros pela falta de mantimento” há alguns meses, “custando huma libra de carne secca 400 réis”, e que esta baixara a 40 réis por conta da chegada desses mantimentos, assim como “hum pequeno peixe - mapará - 20 réis, que hoje dão nove pelo mesmo”. Demonstrando que, em muitos momentos, as populações do interior ou dos sertões ainda tinham dificuldades em conseguir provisões. Nesse sentido, poucos eram os estrangeiros ou descendentes dos primeiros colonizadores que se sentiam tentados a se aventurar a repovoar<sup>5</sup> o interior ou os sertões brasileiros, principalmente o interior das Províncias do Norte, pois, somava-se a falta de provisões às secas, a pequena e deficitária produção agrícola local e a falta de trabalhadores, como ressaltou o Sr. José Martiniano de Alencar em discurso publicado no *Correio Oficial* de 25 de novembro de 1836:

Permitti-me ainda, Senhores, occupar hum pouco a vossa attenção, lembrando-vos o que eu julgo indispensavel ao melhoramento de nossa Agricultura, e pelo consequente do Commercio, que sem ella ephemera será o seu engrandecimento. Eu devo notar-vos que a nossa importação he extremamente grande em relação á nossa exportação: isto indica falta de producção no paiz; o que por ultimo sempre nos trará huma banca rota, momernte se tivermos a infelicidade de huma secca no sertão, que diminuindo nossos gados, nos prive do dinheiro que por compra delles entra na Provincia, e que faz diminuir a falta de pezo na balança da exportação. Todo este mal parte da falta de braços, que se empreguem na lavoura; o que sendo geral em todo o Brasil, mais notavel se faz no Ceará, onde a escravatura sempre foi pouca, não tendo havido muita introducção de Africanos. Logo parece-me que devemos applicar toda a nossa attenção para adquirirmos Colonos, que venhão povoar nossas terras devolutas, e augmentar nossa cultura. Eu reconhecendo esta necessidade não me tenho descuidado de fazer tudo ao meu alcance, para introduzir na Provincia alguma Colonisação; [...] breve devemos aqui esperar alguns centos de Colonos. Mas ainda não he bastante. Convem que por vossas Leis incorageis a Colonisação; e eu lembro a ideia de diminuir pela metade os impostos Provinciaes a todo aquelle Agricultor que lavrar e sua fazenda hum certo numero de Colonos.

José Martiniano de Alencar destacava a importância em se disponibilizar recursos para as províncias do interior, para o melhoramento do comércio e a necessidade de “povoar” os sertões do Norte. No seu discurso, podemos inferir a dificuldade das relações políticas e econômicas encontrada pelos administradores locais, ainda no início do XIX, nas províncias sertanejas e a continuidade de políticas de “povoamento” e interiorização por parte dos políticos e administradores da Colônia. Essas políticas ditas de povoamento produziam ainda uma exclusão da cultura e história das tribos indígenas brasileiras num ideal de nação,

---

<sup>5</sup> Utiliza-se aqui o termo *repovoar* e não *povoar* por entender que ao se utilizar termos como *povoamento*, *povoar*, ignora-se e se nega a existência e povoamento dos chamados *sertões* pelas muitas tribos indígenas que foram exterminadas na colonização.

de povo brasileiro, colocando essas etnias num ostracismo social e histórico. Ainda sobre a citação acima, Martiniano de Alencar demonstrava acreditar não somente ser necessário o incentivo do “povoamento” do interior por novos colonos, como também que seria possível que os colonos se mantivessem nos sertões, desde que o Governo disponibilizasse os subsídios necessários para isso, como, por exemplo, reduzindo alguns impostos. Ao contrário de Martiniano de Alencar, o já citado Sr. Manoel Jorge Rodrigues, em outra carta datada de 28 de fevereiro de 1836, afirmava:

vimos uma carta de pessoa que nos merece bastante conceito que termina assim - Tudo parece hoje favorecer-nos; com mais hum pouco de resolução Presidencial, estaria tudo concluido. Fica o Presidente a fazer marchar huma expedição contra a Vigia, e suas imediações: não sabemos de que vale consumir o tempo, e forças com a conquista de pontos como o Chapeo virado, e Vigia, que pouco influem para o exito final [...]

A má administração política das províncias, que os intelectuais do início do século XX denunciaram como um dos pontos do "divórcio entre o sertão e o mar", parece ter uma relação com o desdobramento histórico das desigualdades e contrastes nas relações políticas e administrativas que já existiam no Brasil, pois as denúncias destas já apareciam na imprensa e cartas do início do século XIX, como pode ser visto na crítica do Sr. Manoel Rodrigues, que, na carta mencionada acima, prosseguia a questionar a continuidade das expedições de interiorização por parte do Presidente da Província do Maranhão. Os contrastes políticos, econômicos e sociais entre o Norte e o Sul também eram apontados e criticados, ainda no início do XIX, em alguns periódicos do país como, por exemplo, no *Grito da Razão*, de 21 de setembro de 1824, onde se debatia uma carta publicada de um leitor anônimo em que este dizia:

Volvendo depois os olhos sobre as Provincias do Norte, eu não vi mais do que esquelletos dissecados pelo escalpello Republicano, que me encherão de horror, e magoa. Quanto puderão os vãos, fataes projectos desses loucos Phaetontes, que se dispunhão a dirigir o carro da política no meio desses Povos desaparecidos, que correrão a poz de suas promessas! Sessenta e quatro milhões de cruzados fugindo além do Porto da Bahia [...]. Pernambuco, a linda Princeza das Provincias do Norte, rica, formosa [...], reduzida a hum estado de magreza marasmica pelo toque a varinha de condão, com que se dispunha a governalla o Fujão Mór da confederação abortada[...]; o Ceará pobre, mas soberbo, e tollo; o Piauihy tareliando com o manhoso Filgueiras, o Maranhão ennevoadado pela nuvem suporifica [...]; distinctas Senhoras carregadas com o pezo dos seus penates procurando asylo debaixo de tectos estrangeiros[...].Enxugando os olhos molhados pela saudade, puz-me em marcha para a minha Provincia, já com o projecto de me passar d'alli a outras para visitar os meus Patricios tão gloriosamente regenerados.

Nas imagens associadas às províncias do Norte, eram incorporadas ainda outras imagens como a de exploração, desmandos políticos que iam tornando-as ainda mais

“pobres” e “decadentes”, com uma população “tola” e “degenerada”. Ainda na carta publicada no *Grito da Razão*, de 21 de setembro de 1824, percebe-se também a reprodução histórica das desigualdades sociais até nas formas de tratamento e a dificuldade em se estabelecerem as divisões entre algumas classes sociais nas vilas do interior ou dos *sertões*:

Porém, Sr. Redactor, logo na primeira Villa achei novidades, que me fizeram rir: o Capitão mandante conserva em gonilha hum pobre aldeão, porque lhe não deu o tratamento de = Excellencia = : outros miseraveis havião sahido à pouca da prizão pelo mesmo crime. O titulo de = Excellencia = andava a rollo pelas casas mais pobres; eu mesmo fui accommettido pela novidade, e me vi obrigado a dar Excellencia ao Vigario, ao Almutacel, ao Juiz Ordinario, ao Escrivão [...]. Disserão-me alguns sujeitos que a Villa tinha chegado ao ultimo apuro da civilização, e que por huma acta se havião proscripto os tratamentos de = Tú = de V.m. = de Vossa mercê, e que a moda estava tanto em uso, que seria reputado mui grosseiro, e criminoso aquelle, que a não seguisse. [...] Ora eu já tinha observado que na Corte circulava este ramo de peste ás cancras, mas pareceu-me ser mangação nos que davão o titulo a aquelles, que não devião ter[...]. He impossivel que ninguem se lembre da Lei dos tratamentos, para que se dê o seu a seu dono, e não se levantem com tal frequencia semelhantes aleivosias, que pódem dar motivo a justas querellas. [...] Nós temos classes no estado, e estas são distinctas pelos seus differentes tratamentos, assim como pelas suas diversas representações. Eu sei, Sr. Redactor, que muitas pessoas gritarão contra mim, porque tóco nestas mazellas [...]

Essa falta de distinção social nos sertões dava sinais de continuidade em meados do século XIX parecendo influenciar no significado da palavra *sertanejo*. Assim, ao se pensar no *sertanejo* não se pensava primeiramente no camponês ou vaqueiro pobre do interior do norte brasileiro (como se deu posteriormente), mas pensava-se sim em todos os sujeitos que não viviam no litoral, de norte a sul do país, do coronel ao vaqueiro. Outra imagem importante de se destacar e que dava sinais de cristalização no imaginário brasileiro era a da ignorância e rusticidade sertaneja. Estas podem ser apreciadas também nos periódicos do início do XIX, contudo, percebe-se que não eram construções novas nesse período, mas remanescentes de anos anteriores. Nesse sentido, no periódico *A Aurora Fluminense*, de 4 de agosto de 1828, lê-se:

Todos os dias encontramos motivos de regosijarmos com o melhoramento do espirito publico nas Provinvias do interior. Alem dos Jornaes escriptos em sentido liberal, e que vão derramando as novas idéas por todos os pontos de Minas e S. Paulo, **admira-nos, toda vez, que tratamos com qualquer sertanejo, o bom senso, e rectidão com que fallão sobre os grandes interesses da Patria, e o sentimento de liberdade, que anima as palavras desses homens aparentemente idiotas, e que a ignorancia despreza, como rusticos** [grifo meu]. He hoje raro o menino, ainda das famílias mais pobres naquellas duas Provincias, que não aprende a ler, e escrever, e a sede da instrucção se manifesta nos lugarejos menos importantes. Logo que se facilitem meios de ensino, e que o methodo Lancasteriano vingue no Brasil, o *Povo* [grifo do autor] será entre nós mais instruido talvez do que he ordinariamente em França; e agora mesmo elle tem muita vantagem sobre os Provincianos de Portugal.

Nota-se nessa passagem, que as imagens de rústicos e ignorantes dos sertanejos já haviam sido incorporadas na mentalidade carioca, por isso o autor anônimo da *A Aurora Fluminense* afirmava “admirar-nos” pelo falar com “bom senso” e “rectidão” sobre questões importantes do Brasil. Além disso, no início do XIX, pode ser percebida nos periódicos das cidades litorâneas uma primeira tentativa conciliadora entre os *sertões*, ou interior, e as cidades litorâneas, desse modo o autor da *A Aurora Fluminense* dizia, paradoxalmente, ser pela ignorância de algumas pessoas em relação as populações sertanejas que estes eram vistos como rústicos e que seria raro os meninos sertanejos que não fossem alfabetizados, trabalhando a ideia de instrução que já possuiriam os sertanejos pobres e ricos. Percebe-se ainda que o significado contido na palavra *sertanejo*, utilizada durante esse período, fazia referência tanto aos ricos quanto aos pobres, assim, o autor diz “qualquer sertanejo”. Ou seja, a palavra *sertanejo* denominava todos os habitantes do interior, para uma distinção, acrescenta-se à palavra *sertanejo* o termo “pobre” ou “abastado”. Apesar da instrução que já possuíam os sertanejos, o autor do *A Aurora Fluminense* acreditava, ainda, que os *sertanejos*, assim como a população litorânea, também precisariam ter melhorada sua educação, e chamava a atenção para que o método Lancasteriano (ou de ensino monitorial) fosse incorporado, de fato, à educação do país, como um meio de construção da nação brasileira.

Outro ponto de denúncia do “divórcio” nas relações entre o sertão e o litoral seria o temor dos cidadãos do litoral com os sertanejos pobres. Esse temor e cuidado com as populações do interior se davam pela possibilidade de migração desses para as cidades litorâneas, principalmente, em tempos de seca. O fenômeno da seca era conhecido pelas populações colonizadoras e registrado desde 1583 (ALBUQUERQUE JR., 1988), mas o temor com a “invasão” de “flagelados” e os “exageros” quanto ao fenômeno foram acentuados nas três últimas décadas do XIX, fosse com as descrições excessivas dos primeiros *esboços históricos* produzidos por uma elite intelectual ou pelas novas relações entre as populações citadinas com as interioranas devido os novos desdobramentos sociais trazidos com as grandes secas ocorridas nas décadas de 70 e 80 do século XIX. Sobre os “exageros” escritos em relação às secas, o médico francês Pedro Théberge, no seu *Esboço histórico sobre a província do Ceará*, publicado originalmente em 1869, afirmava:

No anno de 1792 para 1793 reinou em toda a Capitania do Ceará e suas circumvizinhas uma sêcca das mais rigorosas, sobre a qual tem-se escripto com alguma exageração. [...] anciãos que viviam n'esta época, os quaes negam que uma só freguezia ficasse reduzida á este estado de despovoação. [...] Parece ainda haver exageração n'este computo [a morte de 1/3 da população], porque as pessoas que presenciaram esta calamidade referem que morreu grande parte do gado existente n'esta Capitania, e que se sentiu grande carencia de generos alimenticios, mas que

nem por isso a mortandade foi tão crescida como se diz.

Quanto os desdobramentos das secas ocorridas nas décadas de 70 e 80 do século XIX, esses trouxeram outros olhares dos cidadãos do litoral para com os sertanejos pobres e novas “relações de poder”, como afirma o historiador Frederico de Castro Neves:

A seca de 1877-1880 trouxe novidades no campo das relações de poder que ficaram incorporadas ao imaginário político e social. O impacto deste evento sobre as formas de perceber a pobreza, a migração, a caridade e as responsabilidades sociais não pode ser medido quantitativamente; porém muitas dessas transformações vieram a compor decisivamente o ambiente cultural no qual a multidão passará a agir durante o século XX e, especificamente, após 1932. Alguns pontos merecem destacados, principalmente, em termos de novas referências simbólicas, novas atitudes e novas experiências (NEVES, 2000: 47-48).

Os conflitos, a imagem de miséria, os entendimentos e sentimentos do ser cristão e da caridade, são alguns exemplos de novas atitudes, símbolos e experiências que bem trabalhou o historiador Frederico de Castro Neves. Mas, quanto às “referências simbólicas”, nos parece muito importante no entendimento da produção de um “divórcio” entre as populações do litoral e dos sertões, que a imagem de uma *multidão* camponesa a “invadir” as cidades por conta da seca se constituiu, na percepção dos cidadãos do litoral, como uma patologia ao organismo social e físico das cidades. Contudo, não era somente a população citadina que tinha que lidar com uma nova relação com o campo e com a sua população vista como invasora. Os retirantes também passavam a ter uma nova aprendizagem, percepções e relações sociais com as cidades e seus habitantes:

Uma difícil aprendizagem teve lugar durante estes anos de seca (1877-1880). O retirante foi obrigado a travar contato com novas tecnologias, novas formas de moradia, novas hierarquias, novas relações familiares, novas relações com o meio urbano, novas percepções sobre o crime e sobre a mendicância etc. Isso possibilitou-lhe um acúmulo de experiências que, de certa forma, somaram-se ao 'caldo cultural' do paternalismo em crise, gerando novas percepções e sensibilidades sobre o social e sobre, especialmente, os critérios de distribuição da riqueza durante momentos de crise e escassez (NEVES, 2000: 53).

As transformações e o quadro de uma *multidão* camponesa retirante e “flagelada” a “invadir” a cidade, parecia contrapor-se ao ideal de cidade e de sociedade que se queria desde meados do século XIX, no qual esta deveria ser “uma expressão de realização industrial” e tecnológica, com a renovação e progresso constante da sua cultura, sociedade e espaço físico (WILLIAMS, 2011, 244). Nesse mesmo período, o campo passava a ser uma expressão de ingenuidade e de atraso, um lugar que precisava ser transformado, regenerado das suas máculas passadas de inospitalidade, violência, rusticidade e ignorância. Destarte, as transformações e inovações que se produziriam nas cidades deveriam ser também

introduzidas nos *sertões* ou interior do país. Franklin Távora (1842-1888)<sup>6</sup>, demonstrava essas imagens acerca das cidades e dos *sertões*, afirmando no prefácio de seu livro *O Cabeleira*, publicado originalmente em 1876:

- Que não seria deste mundo - pensei eu, descendo das eminências da contemplação às planícies do positivismo, - se nestas margens [do Amazonas ao Pará] se sentassem cidades; [...]; se as fábricas enchessem os ares com seu fumo, e neles repercutisse o ruído das suas máquinas? Esta beleza, ora a modo de estática, ora violenta, que fontes de renda não haviam de rebentar? Mobilizados os capitais e o crédito; animados os mercados agrícolas, industriais, artísticos, veríamos aqui cada passo uma Manchester ou New York [...]. O estado natural, espancado pelas correntes da imigração espontânea que viessem disputar os domínios improdutivos para os converter em magníficos empórios, ter-se-ia ido refugiar nos sertões remotos donde em breve seria novamente desalojado [...]. Não se mostrariam mais aqui tendas negras da fome e da nudez. O trabalho, o capital, a economia, a fortuna, a riqueza, agentes indispensáveis da civilização e grandeza dos povos, teriam lugar eminente nesta imensidade [...].

A exposição de Franklin Távora demonstra não somente a percepção e as sensibilidades de uma elite intelectual sobre as produções, relações e contemplações das estruturas sociais e físicas do meio urbano, sinônimo de “civilização”; mas, também, o ideal de cidade que se queria construir baseado no progresso das cidades norte-americanas e europeias. “Com certeza, a grande classe média do século XIX supunha tacitamente que a cidade era o centro produtivo das atividades humanas mais valiosas: indústria e alta cultura” (SCHORSKE, 2000, 54), mas, no caso brasileiro, só se conseguiria uma “alta cultura” na cidade se esta fosse estruturada ou vinculada nas bases das cidades estrangeiras e a população passasse pelo processo de “civilização” e “domesticação” a que se referiu o historiador Sebastião Rogério Ponte:

Com efeito, esse período [1850-1870], momento fundante do nosso mundo contemporâneo, é marcado por um intenso fluxo de mudanças que não só produziu transformações de ordem urbana, política e econômica, como também afetou profundamente o cotidiano e a subjetividade das pessoas, alterando comportamentos e condutas, seus modos de perceber e sentir. Novos produtos, valores e padrões disseminaram-se por todos os recantos do globo de forma veloz, sobretudo nas cidades, principal mercado e vitrine desse conjunto de inovações. Face ao realinhamento do Brasil nos quadros do capitalismo [...]. A partir do século XIX, tornaram-se alvos de discursos, medidas e reformas que procuravam alinhá-las ao modelo europeu de modernização urbana. Era a inauguração de um projeto civilizatório para o País, de carácter europeizador, patrocinado por suas elites políticas, econômicas e intelectuais. Para tanto não bastaria apenas dotar a cidade de equipamentos e serviços modernos: era necessário 'civilizar' e 'domesticar' a população, sobretudo os setores populares, cujos hábitos e costumes eram tidos como rudes e selvagens pelos agentes daquele processo civilizador. (PONTE, 1994: 163)

---

<sup>6</sup> Franklin Távora foi um intelectual brasileiro, formando em direito, mas dedicado ao universo letrado, escreveu para os jornais pernambucanos, cariocas, além de romances que estimavam as características locais do Brasil.

Apesar do pensamento social sobre as cidades brasileiras, nos meados do século XIX, vincular a imagem de atraso ao campo e aos *sertões*, e de progresso às cidades, acreditava-se, ainda nesse período, que as cidades brasileiras não estariam completamente de acordo com os parâmetros estruturais, culturais e sociais das cidades europeias e norte-americanas. Dessa forma, nas últimas décadas do XIX, as cidades brasileiras passaram por uma série de transformações e reorganizações do espaço público (SEVCENKO: 2003).

Quatro princípios fundamentais regeram o transcurso dessa metamorfose, conforme veremos adiante: a condenação dos hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional; a negação de todo e qualquer elemento de cultura popular que pudesse macular a imagem civilizada da sociedade dominante; uma política rigorosa de expulsão dos grupos populares da área central da cidade, que será praticamente isolada para o desfrute exclusivo das camadas aburguesadas; e um cosmopolitismo agressivo, profundamente identificado com a vida parisiense (SEVCENKO, 2003: 43).

Nesse transcurso de transformações e reorganizações, novas formas de pensar o campo e o sertão foram também se reestruturando no século XIX. O campo e os sertões se misturavam em todos os seus aspectos sociais e culturais, poucas seriam as cidades no interior brasileiro que podiam ter a sua imagem associada ao “progresso” e a “civilização”. Além disso, a cultura e sociedade dos sertões e/ou do campo deveriam ser “civilizados” ou “regenerados”, pois elas estariam ainda mais fortemente ligadas aos “hábitos e costumes ligados pela memória à sociedade tradicional” (SEVCENKO, 2003: 43), expresso nas suas hierarquias sociais e nas suas manifestações culturais. Assim, somente a transformação da cultura e sociedade sertaneja a faria com que fosse aceita como parte integrante da sociedade e cultura brasileira. Mas nenhum movimento sério e grande foi levado ao campo ou aos sertões que ficaram a parte desse movimento de transformação e reorganização estrutural e social ocorrido nas cidades, ampliando-se a ideia de atraso do campo.

## **2 - IDEIAS DE ATRASO E DE POSITIVAÇÃO DO CAMPO:**

A ideia de atraso que foi incorporada ao campo não fora vinculada somente pela percepção de que sua cultura e sociedade fossem tradicionais e retrógradas e da sua não inserção nos movimentos reformadores, mas, também, pela deficiência percebida nas reavaliações produzidas, ainda no século XIX, das tecnologias, produção e métodos empregados na agricultura do país. Essa deficiência seria para os avaliadores o principal motivo da estagnação da produção agrícola, ocasionada por procedimentos e conhecimentos arcaicos de se lidar com o campo. Os procedimentos e conhecimentos dos camponeses e

agricultores do país tornariam, ainda para os avaliadores, a produção agrária pouco produtiva e sem a qualidade necessária para o progresso nacional. Assim, no *Jornal do Agricultor*, de 19 de julho de 1890, toda a edição é voltada exatamente para reavaliar e denunciar a estagnação do campo, discutindo formas de melhorar a agricultura e os agricultores no país, apontando uma ignorância dos agricultores e a necessidade de esclarecimento e “instrução” destes:

De todas as industrias de um paiz, a mais importante e essencial é a agricultura por poder dar occupação a mais de tres quartas partes da população operária. Quando a agricultura deprecia-se, o paiz desmoralisa-se. De sua prosperidade depende o futuro de uma nação, muito mais do que de outra qualquer industria. É ella quem deve fornecer os meios de sustento a uma povoação diligente, e o commercio e as manufacturas dependem mais della do que a agricultura depende delles. O povo principia a reconhecer que a simples força muscular é débil e que a intelligencia é um auxilio poderoso em todas as occupações, e que o talento e a habilidade multiplicam o valor e o poder productivo da força muscular. O melhor dos fertilisadores é o talento e na agricultura como em tudo si a sciencia é poder, a ignorancia é potencia. [...] **O estylo da obra depende do caracter do obreiro. Sejam quaes forem as causas que impulsionem o agricultor, sente-se a influencia das mesmas nos melhoramentos que introduz nos seus trabalhos ruraes e por consequente tudo que o degrada, deprecia-lhe igualmente a obra**[grifo meu]. [...] Nunca será demasiado chamar a attenção dos poderes publicos sobre a imperiosa necessidade de crear escolas de agricultura.

Mais uma vez, houve o chamamento para que os órgãos públicos disponibilizassem educação aos agricultores, denunciando a depreciação e o descaso dos poderes públicos com as questões agrícolas do país e, conseqüentemente, com a população do campo. Além disso, o destaque que o autor dá à educação dos agricultores demonstra um pensamento de “regeneração” e “moralização” do campo. Os agricultores, dessa maneira, precisariam ser corrigidos, pois o seu “caráter” influenciaria no “estylo da sua obra”, ou seja, no melhoramento ou degradação da produção agrícola do país. Esse tipo de denúncia e caracterização das práticas e métodos do campo como “defeituosos ou nocivos” e o pensamento sobre uma “regeneração” era antiga. Em junho de 1836, era publicada no *Correio Oficial* a palestra do Sr. Calmão, onde este dizia:

Quanto porém he certo, que sempre, nos quadros, á travez do mais vivo colorido apparecem as sombras! Essas, no que vos apresento, são formadas pelo estado melancolico da parte economica da nossa Agricultura. Em geral, Senhores, os methodos e praticas de nossos agronomos são ou defeituosos, ou nocivos, e mais que muito pêão o desenvolvimento da nossa riqueza agricola. Por outro lado a creação dos gados mais prestantes ao homem do campo, conserva-se, ha aguns annos, nesse estado de turpor, que pronostica a morte. Não desconheço, que a epizootia de 1829 a 1831 devastou as fazenda do Sertão, e converteo em ermos alguns formosos pastos do Reconcavo. Mas o effeito desse flagelo natural, se mais cuidado nos tivera merecido, estaria de certo agora assás diminuido; pois a experiencia demonstra, que, finda a acção maligna da peste, vem a reacção quasi assombrosa dessas faculdades, que nos seres animados accelerão a sua reproducção. Longe porém desse feliz resultado ainda pagamos por alto preço os animaes de trabalho, e falta a carne em nossos açougues.

As análises sobre o trabalho e cultivo no campo, desde o início do XIX, apresentavam uma série de problemáticas que perpassavam por questões políticas, econômicas e sociais. Em todas elas, acentuavam-se a ação deficitária dos órgãos administrativos e a falta de conhecimento dos agricultores, e, assim, continuaram a serem reproduzidas as associações de atraso e ignorância às imagens do campo. Enquanto a cidade modernizava-se e transformava comportamentos e costumes de sua população, o campo continuaria, para os intelectuais, mergulhado na estagnação tecnológica, produtiva, social e cultural, tornando, assim, ainda mais antagônicos o campo e a cidade. Nesse sentido, a historiadora Márcia Regina Capelari Naxara, ao analisar as relações entre o campo e a cidade no século XIX, diz que:

O crescente desenvolvimento do mundo urbano, traduzido em civilidade e afastamento do mundo natural produziu, também, imagens simbólicas e idealizadas, por vezes míticas, do campo e da natureza, assim como do seu oposto, a cidade. [...] O desenvolvimento de estilos de vida e visões de mundo cada vez mais diferenciados favoreceu a idealização, tanto do ponto de vista positivo como do negativo, de um mundo sobre outro. Cidade e campo, lugares antagônicos entre si, simultaneamente repudiados e desejados. (NAXARA, 1999: 41-42)

Como aponta Naxara, ainda no XIX, havia também algumas idealizações positivas do campo, mas em proporção menor às da cidade. As produções que abordavam certa positividade do campo traziam ideias de pureza da natureza, dos ares e dos seus habitantes, vinculando ainda a essa pureza uma ignorância e ingenuidade dos sujeitos. No *Brazil Médico*, de 5 de maio de 1891, o Dr. Esteves da Silva escrevia, em seu artigo *Molestias Mentais*, sobre a força moral e mental que se encontraria nas populações do campo e dos sertões afirmando que seriam poucos os casos de interioranos que fossem acometidos por algum tipo de moléstia mental, enquanto a modernização das cidades trariam um ritmo frenético e alucinante aos seus habitantes, aumentando os casos de demência e paranoia. Contudo, a cidade ainda seria o lugar do progresso, parecendo estar, nesse momento, entre os ideais *da cidade como virtude e como vício* (SCHORSKE, 2000: 54). O Dr. Esteves da Silva trabalhava, ainda nesse seu artigo, as questões racialistas do campo, mas de forma positiva:

Nas suas condições ethnicas [dos sertões] deparamos com qualidades tão apreciáveis, nas manifestações moraes com tantas provas de afeição pura e cordial, nas emergencias da vida vimos fulgurar-lhes uma certa sensatez, um discernimento recto, uma tenacidade tão grande que, embora a simplicidade, quasi poderíamos dizer biblica, que transparece como elemento natural do espirito de grande parte da população do campo, tudo denota um povo viril, apto a um futuro de progresso. [...] A ingenuidade original de suas aspirações limitadas a um presente precario, symbolisa a consequencia forçada de circumstancias mesologicas anteriores, onde a tradição de um remoto espirito de resistencia da nossa população do campo á toda novidade que destruisse habitos atavicos, se immiscuia com a proverbial indolencia do proletario desalentado, títere da poderosa vontade dos plutocratas do interior,

pervertido pela criminosa adulteração do senso moral, introduzia nas classes submissas pelos dominadores dos antigos latifundos, verdadeiro feudalismo... Não se pôde compreendê-lo como um povo onde sobrepuje a imbecilidade, como uma raça de cretinos, porque tais degenerações dão incompatíveis com a emoção vivaz e impetuosa diante das grandes idéas...

Apesar das qualidades morais inerentes às populações camponesas/sertanejas, da pureza e simplicidade quase bíblica, da virilidade e sensatez que os tornariam aptos para o progresso a que se reporta o Dr. Esteves da Silva, este ainda aponta as questões da “indolência” e da “degeneração” dos camponeses, mas de uma forma diferenciada do período, pois, as percebia como produto das relações tradicionais da aristocracia rural que corrompera o espírito resistente das populações camponesas. Além dessa diferenciação e do tratamento mais ameno com relação as questões étnicas, o artigo nos faz notar que a forma de abordagem das relações socioculturais e as médicas, ainda se davam sob o viés sertão e litoral, campo e cidade.

Nas últimas décadas do século XIX, vê-se um crescente movimento de intelectuais que passavam a trabalhar a formação e os traços característicos de uma população nacional (SEVCENKO, 2003), analisando em todos os seus aspectos a mestiçagem brasileira. As leituras feitas pelos intelectuais brasileiros de “Haeckel, Darwin, Spencer, gerando um pensamento que via na 'malfadada' mestiçagem a saída para uma possível homogeneidade nacional, sendo a etnografia a saída cognitiva para a problemática do homem popular nacional. [...] Na obra destes homens, [...] a raça aparece como denominador comum para todo conhecimento e a possível previsão do futuro do Brasil”(OLIVEIRA, 2006, 111). Nessas tentativas de produção de um conhecimento e divagações sobre o futuro da sociedade brasileira através da mestiçagem, os intelectuais também passaram a analisar de diferentes maneiras a “categoria sertão”<sup>7</sup>, mas principalmente num quadro de rejeição às suas características e sociedade intrinsecamente ligadas às estruturas tradicionais e a sua cultura iletrada como frutos da colonização portuguesa e da sua “malfadada” mestiçagem com indígenas e negros. Consolidando um estereótipo de ingenuidade, fatalidade e ignorância dos sertanejos/camponeses e de distância entre os letrados e a cultura iletrada do período, como

---

7 Sobre a compreensão da “categoria sertão”, a historiadora Janaína Amado destaca que: “No período compreendido entre as últimas décadas do século XIX e as primeiras do século XX, mais precisamente entre 1870 e 1940, 'Sertão' chegou a constituir categoria absolutamente essencial (mesmo quando rejeitada) em todas as construções historiográficas que tinham como tema básico a nação brasileira. Os historiadores reunidos em torno do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e identificados com a historiografia ali produzida, como Varnhagen, Capistrano de Abreu e Oliveira Viana, utilizaram e refinaram o conceito. Outros historiadores importantes do período, como Euclides da Cunha e Nelson Werneck Sodré, em sua fase pré-marxista, e, posteriormente, Sérgio Buarque de Holanda e Cassiano Ricardo, trabalharam, de diferentes formas, com a categoria 'sertão'” (AMADO, 1995: 146).

expôs a historiadora Raimunda Ivoney Rodrigues de Oliveira:

A distância assumida pelos letrados com relação à cultura iletrada assume o papel de articuladora de certa dimensão trágica atribuída à vida do homem sertanejo. Essa parece ser a simbologia máxima que separa aquele homem que vive à mercê das fatalidades daquele que lidera não somente a sua própria vida, mas também a de sua comunidade. Isso explica a diluição dessa mentalidade por quase todo o pensamento social brasileiro (OLIVEIRA, 2006: 37-38).

Assim, não é admirável a participação da classe médica ativamente nos debates do período em relação à sociedade e cultura do país e das relações entre sertões e litoral, entre campo e cidade. Mas foi a mestiçagem dos sertanejos a questão mais analisada pela classe médica nas décadas de 80 e 90 do século XIX. Assim, a revista *Brazil Médico* não teria somente o papel de “documentar e comentar os registros clínicos bem como as experiências e pesquisas dos médicos nacionais” (SCHWARCZ, 2011: 220), mas, também, de produzir estudos com cunho ou de responsabilidade antropológica. Explicando as razões de serem produzidas e publicadas uma série de estudos racialistas e etnográficos e escrita do artigo *Anthropologia Pathologica: os mestiços brasileiros*, o Dr. Nina Rodrigues, no *Brazil Médico*, de 22 de fevereiro de 1891, dizia:

não ha, de facto, nas tres raças fundamentaes e nem ellas transmittiram aos productos dos seus cruzaentos pathologicos differenciaes de valor e em tal emergencia cumpre deixar a questão toda inteira aos anthropologistas, afim de poupar a nós medicos, o trabalho de uma discriminação perfeitamente inutil e sem significação, e a elles a confusão maior que lhes deve resultar desse modo de proceder. Ou taes caracteres existem realmente e por mais ardua que seja a solução do problema, **temos o dever de cooperar na elucidação de uma questão que affecta com a pratica medica a mais estreita relação de dependencia** [grifo meu].

Aspatologias ligadas aos cruzamentos das raças seriam a razão principal para que os médicos também trabalhassem a mestiçagem brasileira, acreditando que: “vai empenhado nessa tentativa o desejo de concorrer no departamento medico para o trabalho de individuação patria, a que na esphera de outras manifestações tanto tem outros dedicado, salientando-se na litteratura os esforços do Sr. Sylvio Romero” (RODRIGUES, 1891: 78). Assim, caberia aos médicos, numa “missão patriótica”, analisar as questões raciais, não somente em suas patologias, mas, também, nas suas “contribuições” para a construção moral e de tipologias da população que deveriam ser analisadas para serem corrigidas ou mantidas. Entendendo, por fim, o valor social da mestiçagem:

O valor social do mestiço, o aclimamento deles e dos negros ao Sul, o da raça branca ao Norte serão acaso questões tão seguramente resolvidas já, que nos desobriguem de meditar sobre elas, de coligir os elementos de um juízo seguro, de pensar, como homens de ciência e patriotas, nos corretivos, que se podem opor às

más consequências que de tal situação possam advir? (RODRIGUES, 1933: 7)<sup>8</sup>

É nesse contexto de ideias e de estudos racialistas que os sertanejos também passaram a ser reconhecidos também por sua mestiçagem no século XIX. Assim, as obras dos letrados sobre a mestiçagem sertaneja refletiam o conflito “vivido pela intelectualidade brasileira como um todo: o glorioso ideário nacionalista em permanente tensão com a constatação do destino trágico de um povo mestiço” (OLIVEIRA, 2006: 29). O historiador Alfredo Bosi, no prefácio para a edição de 1975 de *Os Sertões* de Euclides da Cunha, lembra que, do final do século XIX até o início do XX, “os tipos brasileiros”, como o “sertanejo” seriam vistos pela intelectualidade como resultado “não só da mestiçagem, mas também da interação entre homem e natureza, homem e sociedade”. Nesse período, percebe-se, ainda, uma mudança no significado da nomenclatura *sertanejo*, agora associado ao camponês pobre de norte a sul do país e ao chamado caboclo mestiço.

Assim, as primeiras tentativas de uma positivação da imagem sertaneja, ocorridas no início do século XIX, parecem não ter produzido mudanças significativas no pensamento social brasileiro em relação aos sertões. Nas últimas décadas do XIX, continuaram a se propagar a ideia de correção e regeneração de uma população de mestiços, principalmente a dos caboclos e interioranos, para que fosse concluída a formação racial do país de forma positiva (OLIVEIRA, 2006: 111). Além disso, acrescentava-se à imagem do sertanejo o estereótipo de um sujeito tendencioso aos vícios, motivo de vergonha e/ou de troças. No *O Mequetrefe*, 12 janeiro de 1876, A. D. Bazílio, afirmava chistosamente:

Abençoada seja a municipalidade, a policia e o conselho de salubridade do Rio de Janeiro! Amen! À vista deste quadro que venho de esboçar, bem vê o Tio que o seu sibiritismo não achará aqui tentações, nem o seu rheumatismo sustento. Venha, Tio, venha logo, antes que se feche a exposição para apreciar um sertanejo bebado que veio do Ceará, e as botas cheias de tombas de certo commendador, cousas essas que ahi se achão expostas e são dignas do maior apreço.

O alcoolismo presente na vida dos sertanejos também foi examinado nos *Annaes Brasilienses de Medicina* do ano de 1883, em artigo sobre o aumento de casos de recrutas com tuberculose no Exército brasileiro. As causas desse aumento se dariam, segundo o responsável pelo artigo, por consequência das atividades extenuantes e alimentação precária dos recrutas, mas, principalmente, pelo alistamento dos sertanejos acostumados a viver “ao ar livre”, estes seriam as maiores vítimas da tuberculose:

---

<sup>8</sup> A citação foi retirada do Livro *Os Africanos no Brasil*, escrito por Nina Rodrigues nos seus últimos anos de vida, mas só publicado 30 anos após seu falecimento, por isso a data colocada é da edição analisada do livro publicado em 1933.

Já vimos que uma das causas mais poderosas, senão a mais activa, da tuberculisação do exercito é a miseria physiologica, e, se é intuitivo que o organismo reclama tanto mais, quanto mas depende, e despende quanto mais funciona, o nosso recruta, quando sertanejo habituado ao ar livre, soffre desde que é alistado, inicia-se pelo ar confinado que vai respirar, e que não satisfaz a suas condições de hematose. Ajuntai a isto tudo o mais que abandonou, a vida rustica no meio dos seus [...]. A nostalgia, o desgosto, lhe lembrão o vicio do fumo e do alcool, e ei-lo ajudando o processo de destruição pelo tabagismo e alcoolismo.

Essas caracterizações dos sertanejos, tanto na imprensa satírica como nas publicações científicas do período, reforçavam não somente uma imagem negativa dos sujeitos que viviam no meio rural, mas também ampliavam o “divórcio” entre campo e a cidade e mais profundamente entre as populações dos sertões ou interior e do litoral. Começavam a se acentuar, ainda nesse momento, a dicotomia entre o que se chamava de Norte e Sul do país, pois os sertanejos ou caboclos do Norte seriam ainda mais atrasados e ignorantes do que os rústicos camponeses do Sul. Além disso, as condições políticas e econômicas do Norte e do Sul seriam profundamente contrastantes e desiguais. Na literatura, também se pode encontrar as sensibilidades e desconfortos sentidos a cerca de uma separação que se produzia também entre o Sul e o Norte do país, ainda na década de 70 do XIX, como podemos ver em outro trecho do prefácio de *O Cabeleira* escrito por Franklin Távora em 1876:

Quando, pois, está o Sul em tão favoráveis condições, que até conta entre os primeiros luminares das suas letras este distinto cearense [José Martiniano de Alencar], têm os escritores do Norte que verdadeiramente estimam seu torrão, o dever de levantar ainda com luta e esforço os nobres foros dessa grande região, exumar seus tipos legendários, fazer conhecidos seus costumes, suas lendas, sua poesia, máscula, nova, vívida e louçã tão ignorada no próprio templo onde se sagram reputações, assim literárias, como políticas, que se enviam às províncias. Não vai nisto, meu amigo, um baixo sentimento de rivalidade que não aninho em meu coração brasileiro. Proclamo uma verdade irrecusável. Norte e Sul são irmãos, mas são dois.

Assim, novas sensibilidades foram sendo construídas em relação aos sertões também na literatura de meados do XIX. Os sertões passavam a serem vistos pelos letrados como um *lugar-incomum* (BARBOSA, 2000: 35), sua relação com o litoral tornava-se mais distante, pois os sertões eram colocados como um lugar fantástico, um lugar do outro, do bárbaro; conhecido e reconhecido por sua fatalidade e tragédia (BARBOSA, 2000: 45). A força dessas associações às imagens dos sertões, principalmente a do fatalismo do espírito sertanejo, ultrapassavam o pensamento e a literatura brasileira sendo reproduzidas também fora do país. Na revista marítima e de comércio italiano *Il Brasile*, de março de 1889, lê-se as impressões de um viajante italiano sobre a natureza, geografia dos sertões brasileiros e sobre

os sertanejos. Com relação aos sertanejos, o viajante dizia: “L'abitatore delle foreste (il *sertanejo*) [grifo do autor] vede tutto ciò collo sguardo velato dal sonno. Gli si chiudono pesanti le palpebre; ben si ricorda che per quei luoghi possono strisciare velenose serpi, ma è fatalista; confida nel destino e, senz'altra preoccupazione, addormentasi sereno”<sup>9</sup>.

Percebemos que, na década de 80 do século XIX, o ser *sertanejo* ainda significava ser do interior do país, pois o *sertanejo* a quem o viajante se refere é um paulista do interior cujo nome ele ignora. A fatalidade e comodismo incorporados ao *sertanejo* não eram, desse modo, característicos apenas dos sertanejos do norte, mas de todos os sertanejos do país. A diferenciação dos sertões brasileiros como do Norte e do Sul, parecem se concretizar e consolidar apenas nos últimos anos do século XIX, principalmente, com os acontecimentos e discursos produzidos durante e depois da Guerra de Canudos. “Não se pode separar Canudos da vida política e partidária da época. O governo da Bahia não merecia a confiança dos florianistas, que defendiam a ditadura militar contra a legalidade civil de Prudente de Moraes” (MONIZ, 1978: 61), como também não se pode separar Canudos das construções culturais e identitárias e do pensamento social brasileiro que se produzia no período.

### 3- OS DESDOBRAMENTOS DAS IMAGENS DE CANUDOS:

As constantes rotulações de Canudos como sendo um reduto de adeptos e defensores da monarquia nos jornais e nos discursos políticos no período, como os de Rui Barbosa (MONIZ, 1978: 63), também produziram a associação de mais um atraso aos sertões: o político. Dessa maneira, a suposta posição monarquista de Canudos constituiu-se mais uma razão para a ação do governo contra a população de Canudos. Além disso, os acontecimentos da Guerra de Canudos tornavam difícil a incorporação da cultura sertaneja como integrante de uma cultura nacional, pois seria uma cultura bárbara e retrógrada, assim como o *tipo* sertanejo que devia ser esquecido ao se tratar dos símbolos e *tipos* característicos da identidade nacional que se pretendia construir no período. Em 3 de abril de 1898, anunciava-se nos jornais paraibanos a peça *A guerra de Canudos ou Antonio Conselheiro*, dividida em 5 atos: “1º - A partida de Moreira Cezar; 2º - O desastre, discussão no parlamento brasileiro; 3º - Canudos. Os jagunços se preparam para receber o General Arthur Oscar; 4º - O grande combate, e o 5º -

---

<sup>9</sup> *O habitante dessa floresta (o sertanejo) vê tudo com os olhos velados pelo sono. Suas pálpebras pesadas; bem se lembra que por esses lugar podem rastejar cobras venenosas, mas é fatalista; confia no destino e, sem nenhuma preocupação, adormece sereno.* [Tradução livre]

A victoria da República”. Percebe-se que, mesmo com o fim da Guerra de Canudos, ainda eram vistos como atrasados politicamente os participantes de Canudos, sendo celebrado no 5º ato a “Vitória da República”.

Além do dito atraso político, a Canudos eram associadas imagens de fanatismo religioso e banditismo, como se lê na *União* de 27 de novembro de 1897: “A guerra de Canudos, covil do banditismo, dirigido por um mytho, o que foi, senão outro instrumento dos ambiciosos?! essa cova de cáco felizmente foi arrasada pelos valentes republicanos.” E na *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, de 30 de julho de 1897, em que se dizia que o “comandante se batia em defesa da Constituição e da lei” e que “têm havido combates parciais, especialmente no dia 24, em que por duas vezes foi atacado [o general Arthur Oscar] pelos fanáticos com a maior violência. Em todas estas ocasiões as tropas portaram-se com bravura, mantendo-se a altura de seus créditos apesar de luctarem contra inimigos sempre occultos nas mattas, conforme a tática habitual dos fanáticos”. As imagens de fanatismo e banditismo passou a ser associados aos sertanejos pobres do norte, assim como seu ambiente como caótico e sem lei, reforçadas depois com o cangaceirismo.

Os desdobramentos da Guerra de Canudos produziram, ainda, uma série de debates sobre a religiosidade. No dia 5 de janeiro de 1897, por exemplo, a *Gazeta de Notícias* publicava o artigo anônimo *A Igreja e o Estado*, do qual se extraiu o seguinte trecho:

O desejo de todo o brasileiro instruído e patriota é a completa desligação da Igreja do Estado, é a perfeita imitação do que se deu nos Estados Unidos do Norte. [...] Não podemos deixar de notar que muitas pessoas, cheias de fanatismo e receosas que a religião se extinga, por não ser sustentada pelo Estado, oppõem-se tenazmente a esta reforma, e no seu excesso de zelo pela sua crença religiosa, chegam a dizer que a [ilegível] da separação da Igreja d Estado é uma guerra à religião; é uma ignorância com que se quer acabar todo o sentimento religioso! Esses fanáticos, [...] chegam até a sustentar que não são cathólicos aquelles que pregam pela separação da Igreja do Estado.

O artigo afirma que os brasileiros poderiam ser católicos, mas sem fanatismos, prezando antes de tudo a pátria. A Guerra de Canudos trouxe, também, novos significados a palavra *sertanejo*, que foi trabalhado pelos letrados nas primeiras três décadas do século XX. Deveria haver a divisão entre o sertanejo do Norte e do Sul, ambos seriam homens pobres do campo do interior brasileiro, rudes e sem muita instrução, mestiços, contudo, a mestiçagem no sul deixaria prevalecer o homem branco enquanto no norte prevaleceriam os traços dos indígenas e dos africanos:

Ao brasileiro mais descuidado e imprevidente não pode deixar de impressionar a possibilidade da oposição futura, que já se deixa entrever, entre uma nação branca, forte e poderosa, provavelmente de origem teutônica, que se está constituindo nos

estados do Sul, donde o clima e a civilização eliminarão a raça negra, ou a submeterão, de um lado; e, de outro lado, os estados do Norte, mestiços, vegetando na turbulência estéril de uma inteligência viva e pronta, mas associada à mais decidida inércia e indolência, ao desânimo e por vezes à subserviência, e, assim, ameaçados de se converterem em pasto submisso de todas as explorações de régulos e pequenos ditadores (RODRIGUES, 1933: 8-9).

Passava a existir, assim, no Norte o caboclo “lerdo”, “degenerado” e “indolente”. O sertanejo do Norte seria visto como “o fruto mórbido de uma cultura propensa à desordem e ao crime” (BOSI, 1975, 15). Produziu-se, dessa maneira, o aprofundamento da separação ou dito “divórcio” do sertão e litoral, mas, também, entre sertão e sertão, ou seja, o sertão do Norte e o sertão do Sul. Nesse ambiente, o livro *Os Sertões*, de Euclides da Cunha, também se constituiu num paradigma para os intelectuais posteriormente entenderem os sertões do Norte do país. Euclides demonstrava ser preciso ao analisar os sertões do Norte. Pensou o autor em três *tipos* sertanejos: o jagunço, o caboclo e o vaqueiro. O autor de *Os Sertões* levou em conta, ainda, a mestiçagem, o histórico da colonização do Norte, os desmatamentos e manejo errado da terra nos sertões nortistas, o barbarismo e os vícios dos sertanejos e jagunços, reforçando a ideia trágica e fatalística da cultura e sociedade sertaneja, mas o autor também fazia notar uma força presente nos três *tipos* sertanejos desenvolvida para que pudessem viver num ambiente tão rústico, seco e de um calor escaldante que propiciaria a formação de um espírito fatigado nos sertanejos do Norte. Essas imagens construídas por Euclides continuaram a se perpetuar no século XX, e a corroborarem com o divórcio entre os sertões e o litoral.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No início do século XX, ainda podia ser percebida a continuidade das ideias trágicas e fatalísticas desenvolvidas nos finais do XIX em relação aos sertões do Norte e as abordagens racialistas nos debates sobre identidade e cultura nacional que perpassavam pela ótica sertão↔litoral, campo↔cidade. Essa metodologia de análise sertão↔litoral, campo↔cidade, aparecia não somente nas produções literárias e folcloristas das primeiras três décadas do século XX, mas, também, nos estudos históricos e geográficos e em artigos jornalísticos. Os Institutos Históricos do país, nesse período, lançaram uma série de publicações onde os estudos históricos, linguísticos e etnográficos eram escritos sob essa ótica. Quanto aos jornais e revistas, o historiador Antônio Zilmar da Silva, ao trabalhar as publicações da década de 10 do século XX, afirma que:

As revistas e jornais, ao mesmo tempo em que incorporaram as novidades culturais européias, tinham colunas que *expunham* o modo de vida *curioso* e *atrasado* [grifos do autor] de sertanejos e interioranos. Esse contraste valorizava o novo, denunciava o velho e, também, funcionava como reflexo das disparidades entre cultura mundana da cidade e os valores morais do meio rural (SILVA, 2009: 57) .

Nessa *exposição* do *curioso* e *atrasado*, no século XX, facilitava-se a continuidade da cristalização das ideias de fanatismo e superstição associadas ao pensamento e costumes sertanejos (tanto os do Norte como os do Sul), tornando dispare a cultura produzida nas cidades litorâneas da cultura que era produzida no interior. A exposição do que seria “atrasado” e “curioso” pode ser encontrada em uma série de produções do período como, por exemplo, na segunda edição do livro *Urupês*, de 1918, de Monteiro Lobato, no qual este afirmava ser necessário o acréscimo na segunda edição de mais dois artigos intitulados *Velha praga* e *Urupês*, pois neles estaria contida a essência do livro. No artigo acrescido *Urupês*, Lobato escreveu:

Todos os volumes do Laurousse não bastariam para catalogar-lhe as credices, e como não há linhas divisórias entre estas e a religião, confundem-se ambas em maranhada teia, não havendo distinguir onde pára uma e começa outra. A ideia de Deus e dos santos torna-se jeco-cêntrica. São os santos os graúdos lá de cima, os coronéis celestes, debruçados n azul para espreitar-lhes a vidinha e intervir nela ajudando-os ou castigando-os, como os metediços deuses de Homero. Uma torcedura de pé, um estrepe, o feijão entornado, o pote que rachou, o bicho que arruinou - tudo diabruras da corte celeste, para castigo de más intenções ou atos. Daí o fatalismo. Se tudo movem cordéis lá de cima, para que lutar, reagir? Deus quis.

O fanatismo e a superstição dos sertanejos, para Lobato, demonstrariam ainda o fatalismo inerente a esses. O acréscimo do artigo *Velha praga*, também é interessante. Nele, o autor discorre sobre como o caboclo/mestiço é “uma praga” antiga a corroer o progresso agrícola e social brasileiro nos campos, difícil de exterminar por sua passividade agradável aos coronéis e aristocratas rurais e difícil de lhes corrigir por sua ignorância e incapacidade de adaptação. O caboclo seria, por fim, para Lobato, avesso ao progresso social e tecnológico do país:

Poderíamos, analogicamente, classificá-lo entre as variedades do *Porriago decalvans*, o parasita do couro cabeludo produtor da 'pelada', pois que onde ele assiste se vai despojando a terra de sua forma vegetal até cair em morna decrepitude, nua e descalvada. Em quatro anos, a mais ubertosa região se despe dos jequitibás magníficos e das perobeiras milenárias [...]. Este funesto parasita da terra é o CABOCLO, espécie de homem baldio, seminômade, inadaptável à civilização, mas vive à beira dela na penumbra das zonas fronteiriças. À medida que o progresso vem chegando com a via férrea, o italiano, o arado, a valorização da propriedade, vai ele refugindo em silêncio, com o seu cachorro, o seu pilão, a pica-pau e o esqueiro, de modo a sempre conservar-se fronteiriço, mudo e sorna. Encoscorado numa rotina de pedra, recua para não adaptar-se.

Dessa forma, percebe-se a continuidade das ideias de atraso no conhecimento do sertanejo ou caboclo trabalhadas no século XIX. Lobato considerava que a culpa do atraso rural e do desmatamento seriam dos caboclos inadaptáveis ao progresso do país. Essas imagens em relação aos sertanejos/caboclos estavam historicamente consolidadas no pensamento social brasileiro, o que contribuiu para a criação de um dos personagens mais conhecido e reconhecido como *popular*: o Jeca Tatu. Esse personagem de Monteiro Lobato também era uma produção contrária e resistente ao indianismo romântico de José de Alencar que, para o autor, dava indícios de retorno: “O indianismo está de novo a deitar copa, de nome mudado. Crismou-se de 'caboclismo'”(LOBATO, 1919, 166). Para Monteiro Lobato, a realidade do caboclo seria outra, personificada na figura do Jeca Tatu, “bonito no romance e feio na realidade!”, é essa “realidade” que o autor queria expor, acentuando que nada podia ser aproveitado da cultura cabocla. A força do personagem criado por Monteiro Lobato, parece-nos, para além do perfil que “o torna próximo” ou “de fácil reconhecimento”, como afirma Sylvia Helena Telarolli de Almeida, residi também nesse longo processo de cristalizações e generalizações “de atitudes emocionais poderosas” em torno do campo, do sertão e do sertanejo/caboclo construídas no pensamento social brasileiro.

O histórico “divórcio entre o sertão e o mar” ainda aluía as sensibilidades e o pensamento dos letrados que tinham suas produções relacionadas ao cultural, pois a produção e reprodução histórica desse “divórcio” pareciam-lhes ampliar o abismo social entre as populações litorâneas e interioranas. Com os movimentos de reavaliação das identidades e símbolos nacionais, o sertão e os sertanejos pareciam, nas primeiras décadas do século XX, continuar à margem das produções culturais e identitárias consideradas populares e brasileiras. Alguns trabalhos surgiram em resposta a essas construções, tentando retirar da margem cultural a produção sertaneja ou, ao menos, lhes amenizar a imagem, como as de Rodrigues de Carvalho, José Carvalho, Leônidas Loyola, Lemos Brito. Foi no desdobramento desses debates e da leitura desses trabalhos que Leonardo Mota lançou seu projeto de cultura nacional, afirmando “reivindicar o bom nome dos habitantes do Interior” (MOTA, 1925, 25), denunciando e dizendo contrapor-se ao antigo “divórcio entre o sertão e o mar”. Buscando, ainda, definir um espaço e construir um papel para a cultura sertaneja no que se chamava de cultura popular brasileira e identidade brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, J. Capistrano de. *Os Caminhos Antigos e o Povoamento do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963.

ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz de. *Falas de Astúcia e de Angústia: A seca no imaginário nordestino - de problema à solução*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1988.

ALMEIDA, Sylvia Helena Telarolli de. *Chapéus de Palha Panamás Plumas Cartolas*. São Paulo: UNESP, 1996.

AMADO, Janaína. *Região, Sertão, Nação. Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, Vol. 8, nº 15, 1995, p. 145-151.

BARBOSA, Ivone Cordeiro. *Sertão: um lugar-incomum: o sertão do Ceará na literatura do século XIX*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

BOSI, Alfredo. *Contrastes e Confrontos de Euclides da Cunha*. In: *Os Sertões*. 2ª Edição. São Paulo: Cultrix, 1975.

GOULD, Jay Stephen. *A Falsa medida do homem*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Revista do Brasil, 1919.

MONIZ, Edmundo. *A Guerra Social de Canudos*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1978.

MOTA, Leonardo. *Violeiros do Norte*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1925.

NAXARA, Márcia Regina Capelari. *Sobre o campo e a cidade - olhar, sensibilidade e imaginário: em busca de um sentido explicativo para o Brasil no século XIX*. Campinas: [s.n.], 1999.

NEVES, Frederico de Castro. *A Multidão e a História: saques e outras ações de massas no Ceará*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 2000.

OLIVEIRA, Raimunda Ivoney Rodrigues. *Gustavo Barroso: A tragédia sertaneja*. Fortaleza:

Secult, 2006.

PONTE, Sebastião Rogério. A Belle Époque em Fortaleza: remodelação e controle. In: *Uma Nova História do Ceará*. Org.: Simone Sousa. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 1994.

RODRIGUES, Nina. *Os Africanos no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Guanabara, 1933.

\_\_\_\_\_. *Anthropologia pathologica: os mestiços brasileiros*. *Brazil-Médico*. Anno IV, nº10, 1891, p.77-78.

SCHORSKE, Carl E. *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira república*. São Paulo: Brasiliense, 2003.

SILVA, Antônio Zilmar da. *Homens, letras, risos e vozes em trincheiras: matrizes narrativas dos movimentos armados no Ceará (1912-1914)*. Tese (Doutorado em História Social). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2009.

THÉBERGE, Pedro. *Esboço Histórico da Província do Ceará*. Fac-símile de Fortaleza: Typographia Brasileira, 1869. Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 2001.

VIEIRA, Antônio. Voz Histórica. In: *Vozes Saudosas*. Lisboa: Lisboa Occidental, Oficina de Miguel Rodrigues, Impressor do Senhor Patriarca, 1748.

WILLIAMS, Raymond. *O Campo e a cidade*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2011.

\_\_\_\_\_. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969.